

2017/03/17

## Contrapeso litoral lusófono<sup>1</sup>

### Uma doutrina de projeção estratégica assente no princípio do equilíbrio terciário

Miguel Nunes da Silva<sup>2</sup>

*"(...) digo que já não faço dúvida em ser bem e serviço de Deus os mouros inimigos da Fé serem guerreados, contanto que este bem não traga consigo danos e males muito maiores... (...) se tivésseis dinheiro, que é o nervo principal e parte formal deste negócio, para supirdes vossas despesas e a provisão necessária aos que vos houvessem de servir; mas eu... sei que o não há vosso. (...) E se o quisésseis fazer seria torpe comparação, como quem perdesse boa capa por mau capelo, pois era certo perder-se Portugal e não se ganhar África"*

- Infante D. Pedro

'Carta de Bruges' de 1426 a seu irmão Rei D. Duarte

#### Abstrato

A carta do Infante constitui um vislumbre precioso para os debates estratégicos do Portugal do século XV. Então como hoje, vários partidos tentavam influenciar a orientação da política externa nacional. A carta do Infante D. Pedro reflete a influência de uma escola de pensamento inovadora que se juntaria ao debate, mas derradeiramente o perderia.



## O Paradigma Fernandino

A primeira dinastia havia-se caracterizado, desde a fundação do reino, por uma política de consolidação territorial face a Castela. Esta estava assente na expansão contra o mundo Islâmico, na resistência a Castela mas em última análise numa estratégia de sobrevivência baseada na competição com Castela, pela hegemonia territorial peninsular. As guerras fernandinas foram o culminar desta orientação estratégica. D. Fernando, em desespero de causa, tenta aliar-se a Aragão e até aos Muçulmanos de Granada para quebrar o poder de Castela na península, o qual ele sabe estar a caminho da centralização. Portugal e Aragão, sendo reinos mais pequenos e mais litorais, procediam à centralização política com mais celeridade, o que lhes proporcionava uma vantagem estrutural em relação a Castela, e que também explicava que conseguissem competir com um reino teoricamente mais poderoso.

Na sua consolidação estrutural, Portugueses e Aragoneses constituíam-se praticamente como versões ligeiramente engrandecidas de cidades-estado mediterrânicas. Tal como Veneza, Génova ou Florença procuravam dominar certas regiões da península itálica com vista a assegurar alguma profundidade estratégica e equilibravam a falta de domínio terrestre com prosperidade comercial, também Portugal e Aragão replicavam este modelo na península ibérica, prosperando com a cabotagem litoral e centralidade nas rotas marítimas entre o mar do Norte e o

<sup>1</sup> O autor não segue o Acordo Ortográfico em vigor.

<sup>2</sup> Miguel Nunes Silva (n. Coimbra em 1985) é licenciado em Relações Internacionais na vertente Segurança e Informações pela Universidade de Lisboa e é mestre em Estudos Europeus pelo Colégio da Europa em Bruges. Membro da consultora Wikistrat Inc., trabalhou previamente no Tribunal Penal Internacional, na unidade de controlo de armamentos do Serviço Europeu de Ação Externa e na Organização para a Proibição de Armas Químicas. Contribuiu ocasionalmente para *O Observador*, *The National Interest* ou *The American Conservative*.

Mediterrâneo. No entanto, ao contrário dos italianos, os ibéricos eram confrontados com uma potencia hegemónica, a qual invalidava o princípio do equilíbrio de poder.

### **O Paradigma Joanino**

Derrotas sucessivas e finalmente a própria morte de D. Fernando, acabam mesmo por ameaçar a própria independência do reino durante a crise de 1383-5. A dinastia de Avis chega ao poder após derrotar a grande custo a intervenção Castelhana e, por conseguinte, no seu nascimento acompanha-a o gérmen do ceticismo em relação a projetos megalómanos. Como iremos analisar, nas pessoas de D. João I, D. Pedro e D. João II, a dinastia caracteriza-se por uma certa aversão a triunfalismos.

Durante o século XV, podemos observar uma tendência dos monarcas de Avis, em promoverem grandes debates em torno de questões estratégicas importantes. Aquilo que os provoca, consiste na convivência de incompatíveis instintos estratégicos dentro da Casa Real e da Corte. Ainda que marcada pelas invasões Castelhanas – e, portanto, pela prudência tática – a nova dinastia reconhece o dilema que o reino enfrenta no domínio estratégico: o progressivo isolamento dentro de uma península em processo de Castelhanização.

O princípio do equilíbrio de poder era válido enquanto Portugal e Aragão lograssem equilibrar o peso territorial de Castela com a vantagem competitiva da prosperidade litoral mas não só Castela começava a competir em matéria comercial, como a tecnologia naval minorizava a necessidade de cabotagem, como também a centralização política do reino Castelhana ameaçava transformar a vastidão territorial de Castela, de uma desvantagem estrutural para uma vantagem demográfica e económica.

Perante estas realidades, duas fações formam-se em torno da resposta a dar ao anunciado futuro de perigo estratégico: a fação terra-tenente, na esteira do raciocínio fernandino, reclama nova política de expansão territorial de modo a voltar a nivelar o equilíbrio de forças na península, a fação mercantilista reivindica, por outro lado, uma reforçada política comercial que permita reequilibrar a relação de forças peninsular, contrapondo ao peso territorial Castelhana, um renovado peso económico Português.

No fundo, o que está em causa é um dilema em tudo semelhante ao que a Inglaterra confrontou durante a Guerra dos Cem Anos: não aproveitar a oportunidade da temporária debilidade Francesa, implicaria também permitir que uma futura França se pudesse expandir no continente desequilibrando a Europa ocidental, com Inglaterra encostada ao canto isolado das ilhas Britânicas, aonde o oceano bloqueava expansão adicional. Tanto o raciocínio Português como o Inglês seriam proféticos pois não só acabou Portugal mais tarde anexado por Espanha mas a Inglaterra esteve perto do mesmo destino com Napoleão e Hitler.

Os terra-tenentes são influenciados pela nobreza, os mercantilistas pela burguesia e o clero alterna de lado consoante as circunstâncias. A nobreza não discernia particular interesse em operações comerciais pois isso negaria o seu estatuto privilegiado na sociedade, de superioridade hereditária: o comércio não outorgava muitos títulos e a ausência de guerra impedia a ascensão hierárquica pelos feitos de armas. A burguesia tem os interesses contrários e o barómetro da sua influência durante a dinastia de Avis é o destino dos Judeus em Portugal.

Ambas as fações concordam com a proposta da conquista de Ceuta, a qual parece servir todos os interesses em questão. D. João ouve todos os interessados e hesita antes de montar a expedição, mas com um objetivo limitado os riscos são calculados. O verdadeiro cisma estratégico na corte segue-se a 1415. Ceuta, ainda que objeto de glória, acaba por se tornar numa vulnerabilidade estratégica para Portugal: o

comércio 'sarraceno' acaba por ser desviado para outras praças como Tânger mas o permanente assédio militar Mouro obriga a um compromisso militar constante e dispendioso.

A Carta de Bruges anteriormente citada, alude a esta simples equação de um rácio de custos e benefícios negativo. Sucedendo a seu pai, D. Duarte herda o debate de Ceuta entre os seus irmãos, ao rubro na Inclita Geração: os Infantes D. Fernando e D. Henrique favorecem a escalada da Guerra em África atacando-se Tânger, o Infante D. Pedro opõe-se<sup>3</sup>. Em causa está também o que realmente significa a opção mercantilista: D. Henrique perspetiva a empresa de Marrocos como intrinsecamente ligada às viagens de exploração pois o conceito de África enquanto alternativa ainda agrega os dois. Necessariamente, desencorajar o Rei de uma, poria também a outra em questão. D. Pedro 'das Sete Partidas', ao viajar pela Europa e contactar com os seus primos Ingleses da casa de Lancaster assim como visitando a Borgonha e Flandres, sem dúvida apercebe-se de que Portugal estará prestes a cometer o mesmo erro da Inglaterra na Guerra dos Cem Anos: uma potência insular (ou peninsular) sempre enfrentará grande dificuldade em vencer uma potência continental numa guerra de atrição.

Os terra-tenentes acabam por persuadir D. Duarte que autoriza a expedição a Tânger. Mal planeada, esta sagra-se numa derrota e o Infante D. Fernando é capturado, nunca mais regressando a Portugal. Talvez também devido à sua perspicácia, no seguimento da morte de D. Duarte, o Infante D. Pedro recebe o apoio incondicional<sup>4</sup> dos seus irmãos para governar como regente em vez da Rainha Castelhana, visto que o príncipe herdeiro de D. Duarte – D. Afonso – era ainda menor. Enquanto regente, D. Pedro cuida de evitar a todo custo tanto aventuras Africanas como aventuras Castelhanas, mas as viagens de exploração continuam. No entanto, com a educação do Infante D. Afonso nas mãos da Rainha e dos terra-tenentes, assim que este assume o poder toda a política de D. Pedro é revertida. O primeiro passo é aliás fomentar a discórdia entre o Rei D. Afonso V e seu tio D. Pedro, a qual acaba por resultar na Batalha de Alfarrobeira aonde D. Pedro perece.

Segue-se uma política triunfalista de conquistas em Marrocos que valeria a D. Afonso V o cognome 'o Africano' e que deixa já antever tragicamente, uma tendência pedagógica que culminará mais tarde com a educação do Rei D. Sebastião. O filho de D. Afonso V, o Infante D. João, é menos entusiasta que o pai e vê com apreensão a ascensão em influência das casas nobres do norte do reino.

A apoteose da estratégia terra-tenente – e o último suspiro da visão Fernandina – no reinado de D. Afonso V está patente na intervenção Portuguesa na Guerra de Sucessão Castelhana. Os Infantes de Aragão alinham-se com um ramo da Casa de Trastámara através do casamento de D. Fernando de Aragão com a Infanta D. Isabel, D. Afonso V assegura para si um casamento com a Infanta D. Joana, de modo a poder disputar a sucessão do trono Castelhana. Apesar de vitórias navais Portuguesas, a batalha decisiva é a Batalha de Toro aonde com a ajuda do Infante D. João, D. Afonso V consegue apoderar-se do campo de batalha, mas vê-se incapaz de tomar Toro e com ela D. Fernando e D. Isabel. Um empate em território inimigo equivale a derrota e assim a Coroa de Aragão ganha a disputa por Castela, unificando 'as Espanhas', e isolando ainda mais Portugal. D. Afonso V viria a adoecer e morrer pouco depois.

D. João II sobe ao trono determinado a de uma vez por todas reorientar a estratégia do reino. Ele enceta negociações com os 'reis católicos' utilizando como barganha os sucessos Portugueses no mar e a ameaça Portuguesa em terra para garantir um

<sup>3</sup> R. G. da Silva Moreira, Hugo Daniel, "A Campanha Militar de Tânger (1433-1437)", FLUP, Porto, 2009, p. 22.

<sup>4</sup> Adão da Fonseca, Luís, "D. João II", Reis de Portugal, Círculo de Leitores.

acordo que assegure para Portugal um futuro híper-mercantilista que equilibre o poder peninsular Espanhol: com Espanha como potência regional, apenas um paradigma mercantilista à escala global poderá valer à soberania de Portugal. A chave é a inclusão tanto da Índia, como das correntes Atlânticas para a atingir, no hemisfério sob influência Portuguesa – primeiro com Alcáçovas e posteriormente com Tordesilhas. Pelo meio D. João II executa os Duques de Viseu e de Bragança, purgando também as respetivas poderosas Casas, assim eliminando qualquer vislumbre de desafio interno à sua governação e políticas. Tendo como ídolo seu tio D. Pedro, o Rei D. João II aprendia também com os seus erros: não basta ao Príncipe, deontologicamente fazer o melhor pelo bem do Estado, é também necessário impedir que outros destruam o trabalho feito.

D. João II, o 'Príncipe Perfeito', levou assim à sua conclusão lógica, o conceito mercantilista para a estratégia nacional. Baseado nas fundações que ele lançou, a sua dinastia sobreviveu por mais um século, e o império viria a suprir as necessidades do Reino por mais 300 anos. Infelizmente, o infortúnio da morte do seu filho, viria novamente a entregar o poder aos terra-tenentes, que durante os três subsequentes reinados sobre-expandiriam, faliriam e soçobriariam no campo de batalha, todas as esperanças de independência do reino, até à fácil anexação dos Habsburgo.

## O Paradigma Atual

*"Parce que la France est la France"*

- Presidente da Comissão Europeia Jean-Claude Juncker em resposta a jornalistas que o confrontavam com a duplicidade de critérios relativos ao cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento por parte de Portugal e de França, no âmbito de possíveis sanções.

É importante refletir sobre o passado porque tal como então, Portugal hoje define-se por uma política estratégica sem objetivos claramente definidos, por dispersão geopolítica e pela ausência de critérios metodológicos que lhe permitam alcançar quaisquer objetivos. Pelo contrário, a política externa Portuguesa tem envolvido o Estado em questões nas quais Lisboa tem poucos ou nenhuns interesses a defender, em conflitos cujos resultados consistem em derrotas militares ou destacamentos *ad eternum* e tem abdicado do envolvimento nacional com países e regiões com os quais haveria reais possibilidades de empreendimentos prósperos. Portugal requer, a nosso ver, uma reformulação estratégica profunda que clarifique fins e meios, Portugal requer hoje um novo paradigma mercantilista adaptado ao século XXI.

Desde a Revolução de Abril que o conceito estratégico nacional tem revolido à volta de três eixos: a Europa, o Atlântico e a Lusofonia. O parlamentarismo define-se como mais favorável ao Europeísmo à Esquerda, ao Atlantismo à Direita e ambos relegando a Lusofonia para terceiro plano. No entanto, nenhum governo até hoje elaborou um 'conceito estratégico nacional' (CEN) que operacionalize os três eixos. Todas as decisões governamentais são tomadas de forma *ad hoc*, desde a estratégia de política externa à política de aquisição de equipamento militar (aonde todos os governos se limitam a procurar manter os três ramos satisfeitos e em relativa paridade).

Sendo Portugal um país pequeno, os custos da ausência de um CEN iludem o público em geral. No entanto, as sucessivas falências derivadas dessa realidade continuam. Um exemplo saliente é Timor-Leste pois durante décadas Portugal travou um conflito diplomático com a Indonésia praticamente de forma isolada. Tentou-se, sem resultados, o bloqueio das Comunidades Europeias ao comércio com a Indonésia, procurou-se, em vão, a pressão do aliado Americano sobre a Indonésia e sobre a Austrália. Derradeiramente, foi mais eficaz a sensibilização dos media anglófonos, que os meios de comunicação social Portugueses levaram a cabo, do que qualquer política governamental. Na era do ativismo humanitarista e do ciclo noticioso de 24 horas, o ultraje das sociedades civis ocidentais acabou por pressionar os nossos preciosíssimos aliados a fazer aquilo a que o governo Português os instava desde há

anos. Ao contrário dos nossos aliados formais, foi a CPLP que mobilizou militar e diplomaticamente para fazer reconhecer e estabilizar o território.

Um outro exemplo pertinente é o de Marrocos, estado com o qual Portugal mantém excelentes relações políticas e militares – por razões óbvias de equilíbrio de forças regional – mas que não se insere em respetivamente nenhum dos eixos da política externa nacional.

Uma demonstração prática para testar a nossa dita 'estratégia' é fácil: basta questionar o que é mais caro a Portugal em caso de contendas geopolíticas – i.e. questionar que países e organizações assumem prioridade para Portugal. Recentemente as relações entre Marrocos e a UE azedaram: como se posiciona Portugal? Ninguém sabe. Se o regime Angolano continuar a ser antagonizado pelo Parlamento Europeu, qual a resposta de Portugal? Mistério.

A ausência de uma estratégia comprova-se na indisponibilidade de qualquer governo Português para fazer escolhas inconvenientes ou jogar jogos de soma nula, e assumir, por conseguinte, a responsabilidade pelas consequências de uma escolha deliberada. A vantagem em se abster de tomar posição consiste na conquista da boa vontade de muitos, a desvantagem consiste na perda da confiança de outros tantos. Ora já dizia Frederico 'o grande' que *"aquele que tenta defender tudo, acaba por salvar nada, e aquele que pretende amizade com todos, acaba sem amigos"*.

Quanto aos supostos fins estratégicos do multilateralismo universalista, é atualmente feita uma equivalência entre o interesse nacional e as agendas de organizações intergovernamentais e supranacionais, ancoradas por sua vez na tese da paz democrática. Ainda que a tese fosse válida, seria difícil justificar como o interesse nacional se coaduna com a agenda de organizações que almejam a ab-rogação das soberanias nacionais. Por outro lado, e talvez mais importante, estratégias universalistas fundamentadas em instrumentos nacionais e regionais pecam inerentemente por uma desadequação original entre meios e fins. Finalmente, como a citação acima exemplifica, Portugal, na sua pequena dimensão, tem pouca influência nas organizações multilaterais das quais faz parte. Parece-nos que para além das vantagens gerais de que todos os membros usufruem, Portugal não desfruta de nenhuma vantagem específica, na sua participação e encontra-se pelo contrário mais vulnerável a políticas desvantajosas relativamente a outros estados-membro. É importante compreender que num ambiente competitivo, o objetivo consiste não apenas em operar ganhos mas sim em operar ganhos relativos.

### **Condicionaismos**

A base de uma boa receita política é o reconhecimento da realidade. Portugal encontra-se condicionado pela sua geografia e sociedade de formas que o impedem de facilmente adquirir peso no sistema internacional.

A vantagem da sua centralidade para o comércio entre o Mediterrâneo e o mar do Norte desapareceu. O seu monopólio marítimo de exploração acabou no século XVII. As colónias que restavam foram abandonadas. Aqueles que defendem que Portugal se poderia tornar crucial enquanto potência marítima não reconhecem estas realidades. Tal como não reconhecem que Portugal não é um país central mas sim periférico. A capital mais próxima do território nacional é Rabat e quanto muito os portos nacionais podem servir o mercado ibérico, mas nunca o Europeu. Portugal não é um país industrializado porque não existe uma vantagem clara – para além da dos salários baixos – para uma indústria aqui se implantar: Portugal não tem acesso competitivo a nenhum grande mercado nem tem quadros qualificados para produzir bens de valor acrescentado.

Uma outra quimera presente na sociedade Portuguesa é a da educação, nomeadamente a crença de que mais e melhores licenciados dariam ao país uma vantagem competitiva mas toda esta teoria carece de qualquer validade num mundo globalizado e de mercados livres aonde o único resultado de tal política tem sido o *brain drain*. Na mesma senda, a mentalidade da sociedade Portuguesa difere grandemente da mentalidade do norte da Europa nos valores e hábitos, o que a penaliza comparativamente aos povos nórdicos e germânicos em termos de produtividade. Neste aspeto, há os que contrapõem que as mentalidades mudam e que nada é imutável. Ainda que a mudança de mentalidades se operasse de forma rápida (desde há um milénio que a indústria pesada e a alta tecnologia vêm do norte da Europa) esse contra-argumento não justifica como a alteração de mentalidades possa em termos relativos beneficiar especificamente a sociedade Portuguesa e não outras.

Portugal também não foi abençoado com nenhum tipo de recursos naturais de particular valor pelo que nunca poderá contar com recursos escassos como vantagem competitiva.

Portugal, juntamente com outros estados do sul da Europa, beneficiou durante a Guerra Fria de bons níveis de investimento direto estrangeiro (IDE). Oriundos da América do Norte e do norte da Europa, este IDE era atraído por salários baixos e relativa proximidade geográfica, assim como por segurança ideológica. O resto do mundo constituía-se ora por regimes instáveis ou regimes marxistas que impediam o desenvolvimento do sector privado.

Com o fim da Guerra Fria, o panorama internacional alterou-se a desfavor de Portugal de forma estrutural. Portugal conta atualmente com maior número de competidores económicos mas também com aliados menos incentivados a fazer causa comum com o nosso país.

### **Um Conceito Geoestratégico**

Importa assim conceptualizar o termo 'estratégia'. Adam Elkus discorreu sobre a diferença entre estratégia e governação política e concluiu que o propósito da estratégia transcende a mera deliberação e escolha entre opções políticas. A estratégia almeja a alterar a realidade que informa o leque de escolhas do decisor político de modo a artificialmente tornar essas escolhas mais favoráveis.

No fundo, o que está em questão no conceito 'estratégia' é a dificuldade de lidar com uma área de decisão política dinâmica: ao contrário dos sectores de política doméstica, a diplomacia, a defesa e a chefia do estado exigem, não apenas um juízo sagaz sobre como melhor beneficiar o país mas também como antecipar e manobrar as escolhas de interlocutores estrangeiros – o que desproporcionalmente dificulta a tarefa.

Abdicar desta missão não implica necessariamente escolhas contraproducentes mas acarreta sim escolhas pobres em ganhos relativos, que é precisamente o intuito da liderança em áreas políticas de interação dinâmica.

A primeira dinastia visava obter ganhos relativos em alcançar, a prazo, a hegemonia na península ibérica mas a ascensão de Castela invalidou esta estratégia. A segunda dinastia procurou equilibrar a hegemonia regional Espanhola através da hegemonia comercial no seu hemisfério atribuído. A 3ª República abdicou do império colonial em favor da participação em organizações internacionais que promovessem a prosperidade e segurança nacional. No entanto, este paradigma torna-se problemático quando Portugal, em termos relativos, perde competitividade económica ao longo de décadas e quando as suas capacidades militares se

deterioram, isto enquanto as organizações das quais depende sofrem perda de fiabilidade.

Na prossecução de ganhos relativos, Portugal não produz melhor – como o primeiro mundo – nem em maior quantidade – como o segundo mundo – nem tem nada raro a oferecer – como o terceiro mundo. Não logrando competir em qualidade, em quantidade ou em valor, que outras possibilidades sustentáveis tem então Portugal para se afirmar no mundo?

Enquanto ator internacional, Portugal define-se e definir-se-á no futuro por duas características fundamentais: é um país mediano em termos produtivos e um estado com uma longa história e peso cultural. Estas duas características são como tal, igualmente, os dois pilares nos quais a nação pode basear a sua estratégia futura pois são a única constante vislumbrável na nossa e em futuras gerações de decisores políticos.

### **Equilíbrio terciário**

Os dois pilares referidos são passíveis de ser equacionados como vantagem competitiva enquanto instrumentos estruturais de uma abordagem a parceiros internacionais. Portugal encontra-se em situação de oferecer a potenciais parceiros, diversificação económica e contrapeso geoestratégico alternativo.

A valência de Portugal consiste em se ver livre, em função do seu passado recente de descolonização, de conflitos e de interesses que impeçam laços acrescidos, mas simultaneamente ter presença e conhecimentos de varias áreas do mundo em desenvolvimento que facilitam a interação comercial e de segurança. Com a CPLP, Portugal já possui laços privilegiados, potenciados pela partilha da língua predominante do hemisfério sul, e cimentada por fortes laços históricos. Portugal tem também conseguido manter a algum custo, uma força naval capaz que lhe permite desempenhar um pequeno papel estratégico no sul.

Os vários países com os quais Lisboa tem interesse em cooperar, por outro lado, definem-se como economias em crescimento tentando equilibrar a influência de rivais regionais e a hegemonia marítima de potências navais globais. Aqui Portugal tem a oportunidade de oferecer a sua indústria residual e meios navais modestos como complementos aos meios domésticos dos países em questão. A termo, a CPLP poderia igualmente ser potenciada para a mesma função.

A chave estará em compensar as debilidades económicas e estratégicas estruturais de Portugal com facilitação política da importância do contrapeso Português. Este objetivo será tanto mais oportuno quanto maior for a tendência dos países de independência recente para o nacionalismo e por conseguinte para a rejeição de aquiescência à influência externa, económica ou geopolítica. A pertinência desta abordagem passa ainda pela otimização da característica estrutural dos países em desenvolvimento não se caracterizarem por uma distinção entre regime e estado, isso favorecendo uma exploração da persuasão política em detrimento da económica. Historicamente, Portugal sagrou-se por maior sucesso em áreas aonde a sua presença serviu um propósito estratégico local favorável. O alicerce paradigmático para uma nova doutrina do equilíbrio terciário é o exemplo do comércio triangular Português do Índico no século XVI.

Portugal planeava replicar na Índia, a sua experiência comercial na costa Africana, trocando manufacturas nacionais por especiarias do subcontinente. No entanto, a civilização Indiana era avançada e tinha pouco interesse nas manufacturas Portuguesas de inferior qualidade. Assim, Portugal foi forçado a adaptar-se à realidade do Índico e depois de ter assegurado portos amigáveis na costa Africana,

o ouro de África passou a ser a moeda de troca com os principados Indianos para a obtenção de especiarias que depois eram trocadas por moeda forte na Europa.

A presença Portuguesa na costa africana foi mais forte e duradoura em áreas que tinham interesse em desenvolver parcerias alternativas aos mercadores muçulmanos, mas igualmente interessadas em não caírem sob a influência de potentados continentais do interior. Na Índia, de modo quase simétrico, o sul hindu e litoral tendeu mais para a Lusofilia do que o norte muçulmano ou o interior hindu.

### **Articulação regional para uma projecção internacional**

Constituindo-se Portugal como um pequeno estado, uma consideração sobre o posicionamento regional da nação, tem necessariamente que seguir o macro conceito internacional.

O melhor exemplo actual de colaboração estratégica entre nações não é a NATO ou a estrutura Russa de cooperação militar. O melhor exemplo é a aliança Russo-Iraniana de socorro ao regime Sírio. Esta aliança é ad hoc, baseia-se em interesses concretos e mútuos, providencia vantagens competitivas de parte a parte e tem provado a sua resiliência. Talvez mais importante que tudo, é uma aliança bem-sucedida nos seus objectivos estratégicos. A Síria tem servido desde a Guerra Fria de âncora Árabe para a projecção de interesses Russos e Iranianos no Médio Oriente.

Em contrapartida Damasco tem capitalizado da assistência Russa e Iraniana para poder rivalizar contra o poderio Israelita, Turco e Iraquiano. A destruição do regime de Damasco teria por conseguinte sido uma perda importante para os interesses de Teerão e Moscovo na região. O Irão decidiu assim de imediato disponibilizar assistência militar e económica ao regime de Bashar al-Assad tentando evitar o colapso do único estado aliado no mundo Árabe. A Rússia apenas em 2015 se resolveu a intervir directamente no conflito, abastecendo modernizando e reorganizando as forças armadas Sírias de modo a lograrem tomar a iniciativa no conflito Sírio. A complementaridade da vantagem demográfica e económica Iraniana com a vantagem tecnológica e diplomática Russa assegurou não apenas a sobrevivência do regime Sírio mas também a sua vitória na guerra civil.

Este é o mais contemporâneo caso de um estado pequeno saindo vitorioso de um conflito militar existencial. A lição a retirar é a da necessidade tanto de parceiros regionais como de potências globais.

Portugal situa-se no Atlântico norte e não escapa à envoltura geopolítica do mesmo. Desde o fim dos imperialismos Europeus que os EUA são a potência hegemónica do oceano. Colaborando com os Aliados durante a Segunda Guerra Mundial e depois integrando a NATO como membro fundador, Portugal esperava uma relação mais próxima com Washington D.C. do que Espanha, à semelhança do que acontecia com o Reino Unido. No entanto, no seu pragmatismo de hiperpotência os Estados Unidos viriam a adicionar Espanha à aliança Atlântica e a desenvolver com esta uma ligação de maior proximidade.

Espanha, à semelhança da Itália e Turquia oferecem aos EUA não apenas os maiores mercados do Mediterrâneo mas também o controlo dos estreitos estratégicos do mesmo mar. Precisamente porque o interesse nacional norte-Americano pouca utilidade encontra para Portugal, não seria sensato fazer assentar as esperanças de cooperação próxima ao nível global com aquela potência. Assim, ao nível diplomático e tecnológico, qualquer almejo nacional parece mais bem investido numa relação cultivada com Paris. França tem sido aliás, desde o fim da Guerra Fria a única alternativa à influência norte-Americana no Mediterrâneo e no Atlântico. Tal investimento beneficiaria ainda da pré-existente cooperação reforçada entre Paris e



Brasília, entre Paris e Rabat, e ainda do interesse mútuo por questões Africanas que França não pode encontrar em Espanha e que Portugal não partilha com os EUA.

Marrocos seria, por conseguinte, o outro ângulo de reforço da estabilidade geoestratégica de Portugal, nomeadamente na componente de massa crítica regional, capaz de equilibrar interesses adversos na orla Macaronésia.

As articulações propostas ficariam sempre sujeitas ao condicionalismo de negociações para esse efeito com os estados visados e *tout court* ao condicionalismo eterno do contexto internacional. A matriz oferecida teria, no entanto, o potencial único de laços mais sustentáveis que os actuais e ainda de uma hierarquia de articulação de interesses clara e perceptível para o decisor político.

GUERRAS ANTI-HEGEMÓNICAS			
século	Conflito	Contrapesos	Expansionismo
XIII-XIV	<i>Guerra dos 100 Anos</i>	França, Espanha e Escócia	<b>Inglaterra</b> aliada a Portugal e Borgonha
XVI-XVII	<i>Guerra dos 30 Anos</i>	França, Inglaterra, Suécia, Países Baixos e Portugal	<b>Espanha</b> unida à Áustria pela dinastia Habsburgo
XVII-XVIII	<i>Guerras do Rei Sol (Guerras Franco-Neerlandesas, Guerra da Sucessão Espanhola)</i>	Reino Unido, Países Baixos, Portugal e Áustria	<b>França</b> aliada a Espanha
XVIII-XIX	<i>Guerras Napoleónicas</i>	Reino Unido, Áustria, Prússia, Rússia, Espanha e Portugal	<b>França</b>
XX	<i>Guerras Mundiais</i>	Reino Unido, França, Rússia e Estados Unidos	<b>Alemanha</b> aliada à Áustria
	<i>Guerra Fria</i>	Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, Japão e Turquia	<b>Rússia</b> enquanto URSS
XXI	<i>Guerras do Excepcionalismo (Campanhas da Liberdade, Revoluções Coloridas)</i>	Rússia, China e Irão	<b>Estados Unidos</b> aliados à NATO